

INTERVENÇÃO DE LIBÉRIO DOMINGUES

Coordenador da USL/CGTP-IN



Estimados convidados, camaradas e amigos, congressistas

O período que medeia entre a realização do 9º e este 10º Congresso da USL fica marcado por uma intensa actividade sindical.

Foram 4 anos marcados por uma enorme ofensiva, pela continuidade e agravamento da política de direita.

Oscilando entre o défice e a crise, entre a dívida soberana, passando pelos sucessivos PEC's, pelo memorando da troika e agora pelo orçamento de Estado, PS, PSD e CDS, têm levado a cabo uma violenta e continuada ofensiva contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

Foram quatro anos de enfraquecimento das capacidades produtivas e alienação de recursos e activos estratégicos, de destruição de serviços públicos e redução das funções sociais do Estado, de ataque aos direitos laborais e sociais dos trabalhadores e do povo.

Quatro anos de agravamento da exploração, das injustiças e das desigualdades sociais.

Quatro anos de capitulação aos interesses do grande capital nacional e internacional, de perda de soberania e empobrecimento da democracia.

Mas foram simultaneamente quatro anos de combate, de resistência e luta dos trabalhadores e do povo, nos quais a USL esteve na primeira linha desenvolvendo uma intensa actividade sindical no distrito de Lisboa, batendo-se por uma efectiva mudança de políticas, por um novo rumo, por uma política ao serviço dos trabalhadores e do povo.

Ao longo destes 4 anos, a USL esteve nas pequenas e grandes lutas! Nos locais de trabalho e na rua com os trabalhadores do sector privado e da Administração Pública na luta pelo trabalho com direitos; na defesa da contratação colectiva; contra a carestia de vida e pelo aumento real dos salários e das pensões; na defesa das funções sociais do Estado e melhoria dos serviços públicos; contra as privatizações; na luta contra o desemprego e a precariedade; na grandiosa Greve Geral de 24 de Novembro de 2010.

O Relatório de Actividades que aqui apresentamos constitui um importante testemunho da acção da União, estrutura que é expressão da força dos sindicatos e dos trabalhadores do distrito de Lisboa.

Unir, lutar, avançar! Transformar o futuro com a força de quem trabalha!

É o lema deste Congresso, mas é, sobretudo, um lema para a acção!

O sentimento de unidade está na génese da Constituição da CGTP-IN e constitui um dos princípios estratégicos. Unidos somos mais fortes, numa luta que é diária, prolongada, exigente e profundamente solidária!

Somos um movimento sindical de classe, que assume a defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores, que assenta fundamentalmente a sua ação a partir dos locais de trabalho e do profundo conhecimento dos seus problemas, dos seus anseios, aspirações e reivindicações.

Somos um movimento sindical que se bate de forma constante, coerente e empenhada por uma Sociedade livre de exploração, mais justa, humana e solidária.

Somos um movimento sindical de classe que não esquece, pelo contrário valoriza e acredita na força de quem trabalha!

A situação Internacional

A situação internacional continua fortemente marcada pelo aprofundamento da crise económica e financeira do capitalismo, expressa por uma situação de recessão das economias das principais potências capitalistas.

Simultaneamente, intensificou-se uma autêntica guerra contra os trabalhadores e os povos, para a qual os grandes interesses capitalistas mobilizam todos os seus recursos e respectivos aparelhos de condicionamento e domínio ideológico e de repressão visando uma regressão histórica dos direitos sociais e laborais e o aumento da exploração.

Apesar dos sintomas dos descalabros do neo-liberalismo e de crise do sistema capitalista evidenciados nos desastres causados pela economia de casino e pela actividade financeira especulativa, os Governos e as instituições financeiras não só nada fizeram para a combater como contribuíram para que atingisse a dimensão que hoje tem no mundo.

No país e em Lisboa, esta crise agravou e trouxe ao de cima problemas já de si estruturais na nossa economia, fruto de sucessivas e erradas políticas de direita implementadas pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

O **desemprego** à semelhança do verificado em todo o país, chegou aos mais elevados valores das últimas décadas. Na região de Lisboa, a taxa de desemprego atingiu os 13,5% (acima da taxa de desemprego do país).

O **emprego** não cresceu. Pelo contrário, entre 2007 e 2010 perderam-se 75.000 empregos na região de Lisboa.

A **precariedade** não só não diminuiu como continuou a aumentar.

Na região de Lisboa, um quarto dos trabalhadores por conta de outrem têm um contrato precário (24,8%), sendo particularmente os jovens os mais afetados: em cada dez, sete têm um vínculo precário.

Foi generalizada a **não renovação de contratos** com milhares de trabalhadores em situação precária e que, por esta via, entraram no desemprego.

Na **contratação coletiva**, com a cobertura dos sucessivos Governos, verificou-se a manutenção e agravamento da estratégia patronal visando a caducidade das convenções coletivas nomeadamente as de maior impacto e significado, com recurso à chantagem, discriminação salarial e repressão aos mais diversos níveis.

Manteve-se a ausência de um investimento estratégico na economia do distrito e o setor produtivo continuou a definhar, registando-se a perda de empresas estratégicas para a região e para o país. Falências, encerramentos parcelares e aceleração de deslocalizações de empresas multinacionais, arrastaram a taxa de desemprego para os níveis actuais.

OS **despedimentos coletivos multiplicaram-se** por parte de muitas empresas que, a pretexto da crise, mas auferindo elevados lucros, avançaram com despedimentos sem quaisquer escrúpulos. Em Lisboa, entre 2007 e 2010 foram vítimas de despedimento coletivo 3.435 trabalhadores de 268 empresas.

O valor global da **dívida aos trabalhadores** decorrente de encerramentos e falências de empresas ultrapassou os 60 milhões de euros, afectando mais de 5 mil trabalhadores e envolvendo 310 empresas de 7 setores de Actividade.

Verificou-se ainda o recurso ao **"lay-off"** por parte de muitas empresas da indústria, muitas vezes abusivamente e sem que se verificasse e comprovassem as situações que justificam esta medida, constituindo um escandaloso e vergonhoso aproveitamento por parte do patronato, à custa dos trabalhadores e da Segurança Social.

Os **salários** continuaram a perder poder de compra. PS, PSD e CDS, a generalidade do patronato, a par da troika FMI/UE/BCE, indiferentes ao agravamento das condições de vida da maioria dos trabalhadores persistiram nos cortes e congelamento dos salários.

O **risco de pobreza e exclusão social** agravou-se e Em 2009 a taxa de risco de pobreza na população empregada era de 9,7%.

O **endividamento das famílias** atingiu os 128% e o aumento das taxas de juro agravou, ainda mais, as condições de vida da generalidade da população.

No entanto, a degradação das condições de trabalho e de vida no país e no distrito contrastam com a manutenção e crescimento dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros.

Os primeiros seis meses de 2011 mostram que apesar da "crise" e de todos os sacrifícios, face ao ano de 2010, os lucros de 16 empresas pertencentes a grandes grupos económicos aumentaram, nem mais nem menos que 222 milhões de euros.

Camaradas e amigos,

O nosso 10º Congresso realiza-se num momento de brutal ataque aos trabalhadores e às suas conquistas e é extremamente exigente para o movimento sindical.

A pretexto da resposta à crise entraram no cenário político e económico as denominadas troikas, que mais não são do que o sinal da total submissão dos interesses do país aos interesses do grande capital nacional e internacional.

A medidas anti-trabalhadores sucedem-se, são muitas e brutais.

O roubo do subsídio de natal e de férias; o alargamento do horário de trabalho, em duas horas e meia por semana; a eliminação do direito a descanso em dias feriado; a redução do pagamento das horas extraordinárias e do trabalho nocturno; a redução do valor das indemnizações e o alargamento dos motivos de despedimento; o ataque à contratação colectiva visando simultaneamente a fragilização dos sindicatos.

Estas são medidas que constituem um roubo infame aos trabalhadores e ao povo, um roubo aos reformados, um roubo ao Estado, um roubo ao país. São um verdadeiro assalto aos rendimentos de quem trabalha e produz riqueza.

Estas medidas constituem um aumento da exploração: põem os trabalhadores a trabalharem cada vez mais, recebendo cada vez menos, para manter intactos os lucros do grande capital.

A tudo o que referimos, soma-se o agravamento do custo de vida com os aumentos do IVA em bens e serviços essenciais. Os aumentos dos preços dos transportes, dos medicamentos, das taxas moderadoras, da energia.

Avança o encerramento de serviços públicos e o desmantelamento de estruturas do Estado essenciais à vida das populações. Avança um criminoso caminho de privatizações para entregar o que há de melhor nos sectores básicos e estratégicos da economia aos interesses do grande capital nacional, mas sobretudo estrangeiro.

Não tenhamos dúvida, trata-se dum verdadeiro acerto de contas com a revolução de Abril, com o Portugal democrático.

O Governo e as troikas do capital nacional e internacional mentem descaradamente: Estas medidas não são excepcionais, nem se destinam a resolver qualquer problema do país. Pelo contrário, arrastam o país e a região de Lisboa para o desastre. Este é o caminho da recessão, do desemprego, do empobrecimento

O roubo que está em curso, a ser concretizado, terá consequências trágicas para o país. Estas medidas, serão elas próprias geradoras de mais desemprego, de mais recessão económica, de mais falências, de mais pobreza, de mais dívida e mais défice.

Temos que derrotar esta política de desastre nacional!

Há alternativas!

É urgente e possível:

Outra estratégia de desenvolvimento económico e social para o país, distrito e região de Lisboa.

A renegociação da dívida, dos seus prazos e juros.

Pôr o país a produzir mais, priorizando o investimento no sector produtivo para responder às necessidades do mercado interno, reduzindo as importações e o endividamento.

Apostar na indústria transformadora moderna e geradora de riqueza, enquanto factor fundamental para a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento do país e da região.

Travar o processo de privatizações.

Fazer pagar mais a quem mais riqueza tem, combatendo a fraude, a evasão e os paraísos fiscais, combatendo a economia clandestina.

Garantir e implementar políticas de protecção aos mais desfavorecidos, investir nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

Combater as alterações da legislação laboral que visam a destruição dos direitos laborais alcançados com o 25 de Abril e com a luta dos trabalhadores.

É urgente e possível a valorização do trabalho, dos trabalhadores e do emprego com direitos enquanto elementos essenciais e centrais para a dinamização da economia do país e da região

No programa de acção que apresentamos ao 10º Congresso, a resposta ao actual e exigente momento político assenta em dois grande eixos estratégicos:

O reforço e a intensificação da luta organizada, tendo em vista resistir ao brutal programa de agressão em curso contra os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas e outras camadas da população mais desfavorecida.

O reforço fundamental e estratégico da organização sindical a todos os níveis da estrutura, assumindo a dinamização da intervenção sindical, articulando a acção reivindicativa com o reforço da organização sindical nos locais de trabalho. Uma acção sindical integrada, como uma direcção de trabalho fundamental para a afirmação dos sindicatos, para o alargamento da sua capacidade de intervenção e influência para a mobilização dos trabalhadores.

Estamos convictos de que a luta dos trabalhadores, enquanto subsistir qualquer tipo de exploração, será sempre um processo inacabado e em permanente construção, um processo de inclusão e angariação de novas forças, um caminho de busca constante da unidade dos trabalhadores.

Este é o nosso ADN! E é o que torna possível a fundamentação, o acerto e justeza das nossas posições, das nossas propostas, das nossas decisões - seja nas lutas no dia-a-dia nos locais de trabalho, seja nas lutas mais abrangentes, em diversos patamares, inclusive o mais elevado, como é o caso da Greve Geral convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 24 de Novembro, contra a exploração e o empobrecimento, por um Portugal desenvolvido e soberano.

Uma decisão acertada e justa, porque assente e construída em muitas, muitas pequenas e grandes lutas. A este propósito, permitam-me que daqui saude todos os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas lutas em curso nos sectores dos transportes públicos de passageiros, no transporte de mercadorias (como a luta que decorre na TNC), nos vários sectores da indústria, no comércio e nas grandes superfícies, no sector da energia, nas águas e nos resíduos, nos correios, nos centros de contacto e nas comunicações, na hotelaria e no turismo, na vigilância e na limpeza, na Banca, nos Seguros, nos sectores da Saúde, da Educação, da Administração Pública Central e Local.

É por isso que, com confiança e entusiasmo, encaramos o intenso trabalho de preparação da Greve Geral! Com a firme convicção de que esta violenta e brutal ofensiva das forças do capital e dos que, submissos e rendidos aos seus interesses, lhes prestam vassalagem, terão, nesta Greve Geral, uma poderosa resposta dos trabalhadores!

Uma convicção assente no crescente trabalho de mobilização que vimos desenvolvendo. Sem contabilizar tudo o que está planificado no âmbito de todos os sindicatos ao nível do distrito, posso desde já adiantar que estão agendados cerca de 800 plenários e contactos com os trabalhadores nas empresas e locais de trabalho e que estamos a preparar centenas de piquetes de greve que envolverão milhares de trabalhadores.

É justo, por isso, reconhecer e saudar o extraordinário empenhamento deste grandioso colectivo que todos construímos e representamos. Dirigentes, delegados e activistas sindicais, homens, mulheres, jovens e menos jovens que não baixam os braços e não viram a cara à luta, que querem um país e um mundo diferentes, livres de opressão e exploração.

Camaradas e amigos:

A CGTP-IN, as Uniões, Federações e Sindicatos que a integram constituem de facto um grande colectivo. Permitam-se que vos dê um exemplo: **a implementação deste nosso 10º Congresso.**

Preparado em condições extremamente difíceis, sobretudo pela exigência de, em nenhuma circunstância, descurarmos o reforço e desenvolvimento da luta aos mais diversos níveis, no quadro duma ofensiva sem precedentes, que os governos da política de direita e as troikas do capital nacional e internacional desenvolvem contra os trabalhadores e o povo.

Um Congresso que, por razões de última hora, relacionadas com a programação deste espaço, tivemos que implantar em pouco mais de 6 horas. Tudo o que aqui está foi montado depois da 3 horas desta madrugada, razão pela qual serão naturais algumas justas e merecidas olheiras.

E, por fim, um congresso que realizámos em pleno período de preparação e mobilização para a Greve Geral.

Encaminhando-me para o final desta minha intervenção quero dizer-vos e insistir no seguinte: a ofensiva que temos pela frente tem que ser travada e derrotada porque as medidas que aí estão constituem um verdadeiro Programa de agressão aos trabalhadores e ao povo português. Constituem uma declaração de Guerra ao Portugal de Abril!

Desde já, no próximo dia 24 de Novembro, os trabalhadores (e ao seu lado os desempregados, reformados e outras camadas da população) estarão em greve geral!

Estarão em greve para defender os seus direitos, as suas condições de trabalho e de vida, a sua dignidade, mas também o seu país!

Está nas mãos de cada um de nós nesta sala dar um forte contributo para que ninguém falte ao encontro deste dia e que a Greve Geral constitua o espelho da indignação e do enorme descontentamento sentido pelos trabalhadores e pelo povo!

Dar força a esse sentimento é a nossa grande tarefa, do local de trabalho mais ínfimo e mais remoto, ao de maior impacto e dimensão.

Camaradas e amigos,

Se há algum traço da acção e intervenção que facilmente identifica e caracteriza a USL é a constante divulgação e a ampliação da luta dos trabalhadores, potenciando a sua expressão pública e afirmação nas ruas do nosso distrito e da nossa cidade.

Quero dizer-vos que a proposta que aqui trouxemos de sair à rua neste nosso 10º Congresso não foi tomada de ânimo leve. Foi ponderada e assumida pela Direcção da USL tendo por base dois pressupostos fundamentais: por um lado a importância e dignidade deste evento; por outro, a afirmação da nossa vontade e determinação

inequívocas de prosseguir a luta e dar seguimento a este justo caminho de lhe dar a todo o momento a máxima expressão.

O 10º Congresso exige-nos a maior dignidade! O momento impõe a maior afirmação e expressão da luta!

A nossa capacidade de conciliação é inesgotável, como expressa a decisão que tomámos! Congratulo-me com isso. É um tónico excelente para os desafios que temos pela frente.

Camaradas e amigos,

Dar expressão pública, trazer a Greve Geral à rua, é um desses desafios com que a USL está comprometida e empenhada, assumindo com a maior responsabilidade as decisões tomadas pela nossa central, a CGTP-IN.

Tomámos a iniciativa e, correspondendo às vontades expressas pelos próprios trabalhadores, trazendo a sua luta dos locais de trabalho para a rua.

Por isso, aqui lançamos um forte apelo à participação massiva na Greve Geral e à participação nas concentrações e manifestações convocadas pela USL para que nesse dia a Greve Geral encha também as ruas da nossa cidade.

Viva o 10º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa

Viva a CGTP-IN

Viva a luta dos Trabalhadores

Viva a Greve Geral